



Blumenau em cadernos

Eventos em destaque na Fundação Casa Dr. Blumenau em 1982

- 22 de março — Centenário de nascimento de Edith Gaertner - 1882-1982
- 07 de abril — Dez anos de Instituição da Fundação "Casa Dr. Blumenau" - Lei 1835, de 7/4/72,
- 1º de julho — Cinco anos de atividades da Biblioteca Ambulante pioneira em Santa Catarina.
- 30 de agosto — Trinta anos de atividades da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller - Lei 354 de 30/08/1952.
- Novembro - Jubileu de 25 anos da revista cultural "Blumenau em Cadernos" - 1957-1982.

TOMO XXIII - Nº 9

SETEMBRO 1982

CANTO DOS COOPERADORES

A Fundação "Casa Dr. Blumenau" torna público o seu sincero agradecimento pelo generoso apoio financeiro, de estímulo à publicação desta Revista, recebido de :

Artur Fouquet - Blumenau
Buschle & Lepper S. A. — Indústria e Comércio
Casa Flamingo Ltda.
Casa de Móveis Rossmark S. A.
Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau
Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau
Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio - Blumenau
Consulado Alemão - Blumenau
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau
Electro Aço Altona S/A. - Blumenau
Empresa Auto Viação Catarinense — Blumenau
Fritz Kuehnrich - Blumenau
Imobiliária «D L» Ltda.
Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau
João Felix Hauer - Curitiba
Lojas NM Comércio e Ind. Ltda. - Itoupava Seca - Blumenau
Lindner, Herwig, Shimizu - Arquitetos - Blumenau
Madeireira Odebrecht Ltda. - Blumenau
MAFISA - Malharia Blumenau S/A. - Blumenau
MAJU - Indústria Têxtil Ltda. - Blumenau
Moellmann Comercial S/A. - Blumenau
Relojoaria e Ótica Schwabe Ltda. - Blumenau
Tabacos Brasileiros Ltda. - Blumenau
TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau
Tipografia Centenário Ltda. - Blumenau
Tipografia e Livraria Blumenauense S. A.

BLUMENAU EM CADERNOS

TOMO XXIII

Setembro de 1982

Nº 9

SUMÁRIO

Página

SUESÍDIOS À CRÔNICA DE BLUMENAU	246
A HISTÓRIA DE BLUMENAU REVELA:	249
REVELAÇÕES DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS ..	253
HISTORIÁ ROMANCEADA DE BLUMENAU	255
BRUSQUE NO ANO DE 1881	261
FIGURAS DO PASSADO	264
ADOLFO BERNARDO SCHNEIDER, JOINVILLE	266
ACONTECEU... Agosto de 1982	272
O "KOLONIE-ZEITUNG" (Conclusão)	274

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina
Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

Diretor responsável: José Gonçalves - Reg. nº. 19

ASSINATURA POR TOMO (12 NÚMEROS) Cr\$ 500,00

Número avulso Cr\$ 50,00 -- Atrasado Cr\$ 80,00

Assinaturas para o exterior Cr\$ 500,00 mais o porte Cr\$ 500,00 total Cr\$ 1.000,00

Alameda Duque de Caxias, 64 - Caixa Postal, 425 - Fone: 22-1711

89.100 - B L U M E N A U - S A N T A C A T A R I N A - B R A S I L

CAPA — "Blumenau em Cadernos" completa, em novembro deste ano, 25 anos de circulação, cuja primeira edição ocorreu em novembro de 1957. Eis porque estamparemos na capa desta revista, durante todo o ano, a foto do seu fundador, Prof. José Ferreira da Silva, numa homenagem ao saudoso historiador. (O clichê foi confeccionado e gentilmente oferecido pela CLICHERIA BLUMENAU LTDA.

Subsídios à Crônica de Blumenau

Por Frederico Kilian

"A ESTRADA DE FERRO DE SANTA CATARINA E SUA HISTÓRIA".

Sob este título o semanário "Jornal de Ibirama", de 12 de fevereiro de 1955, do qual trazemos, em tradução, as seguintes considerações:

Tempo de construção e o primeiro comboio

A Estrada de Ferro foi construída pela firma berlinense Bachstein & Koppel e, segundo contrato com o Governo Brasileiro, concluído e entregue em 21 meses. A obra foi iniciada em 1º de Janeiro de 1908 e já em 1º de Outubro de 1909 o primeiro comboio entrava na estação de Hansa-Hamônia (hoje Ibirama). Num trecho de 70 quilômetros foram construídas 15 pontes. A ponte sobre o Itajaí do Oeste tem um comprimento de 100 metros; 5 pontes tinham o comprimento de 30 metros e 9 pontes mediam 12 metros. Ao todo foram construídos 80 bueiros. Para concreto e argamassa empregaram-se 12.000 barricas de cimento de 180 kg cada ou seja 2.160 toneladas de cimento.

No dia 1º de Maio de 1909 o primeiro comboio foi até Warnow, no dia 1º de julho alcançou a localidade de Aquidaban (hoje Apiúna) e finalmente a 1º de outubro de 1909 entrava sob festiva aclamação em Hamônia. No preço estipulado de Rs. 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis — desvalorizado hoje para 5.000,00 cruzeiros) estava incluído uma oficina completa com galpão (recentemente doada à FURB). Além disso um guindaste a vapor de 5 toneladas de capacidade de içamento em completo estoque de peças sabressalentes. O equipamento rolante constituía-se de 2 locomotivas de 30 e 1 de 15 toneladas de peso, 3 vagões de passageiros e 30 vagões de carga de 10 toneladas cada — 10 vagões fechados, 10 vagões abertos e 10 vagões compridos para toras. Como naquela época não havia tratores ou Máquinas para remoção de terras, todo o serviço de terraplanagem, cortes de morros etc, era executado a mão com picaretas, pás, enchadas e carrinhos de mão.

O Diretor de obras era o senhor Otto Rohkohl, que tinha como auxiliar, no cargo de Chefe do tráfego e gerente do almoxarifado o senhor Otto Baumeier.

É de salientar que durante todo o período do trabalho só houve um único caso de acidente grave. Não devemos, porém esquecer, que naquela época, em que o traçado tinha que atravessar zonas de mata virgem, grassava a malária, trazida por operários que procediam de zonas infestadas daquele mal, pois até então esta doença era desconhecida nesse trecho. Os operários atacados e contaminados deste mal

eram tratados no hospital da empresa, estabelecido e mantido em Aquidaban (Apiúna).

Salários da época

O engenheiro — chefe da construção era o senhor Muzika, que percebia 700 mil réis (Rs 700\$000 ou seja CR\$ 0,70 moeda atual) por mês. Os engenheiros que com ele trabalhavam eram os senhores Hans Mayer, Weidnauer e Wilhelm Mayer, com ordenado mensal de 500 mil réis cada um. O Fiscal do Governo Federal, Dr. Oscar Castilho percebia 3 contos de réis por mês. O dinheiro para pagamento dos operários vinha em moedas acondicionadas em barruquinhas de 30 Kg, cada uma e era levado em carroca de burro para o local do trabalho.

O engenheiro chefe usava para sua locomoção um carro de mola com 4 cavalos. A viagem até Hamônia (Ibirama) durava uma semana. Para a construção da ponte sobre o Rio Itaiá do Oeste, todo o material e cimento tinha que ser transportado de Subida com carretas puxadas por mulas. Todas as peças de metal para esta ponte, de 100 metros de comprimento, foram montadas no local no prazo de seis semanas.

A construção desta Estrada de Ferro deve-se principalmente a iniciativa do senhor Pedro Christiano Feddersen, com amparo do Ministro da Viação, Dr. Lauro Müller. Com a enchente de 1911 a Estrada de Ferro sofreu grandes prejuízos e estragos os quais foram restaurados sob a direção do engenheiro Buendgens.

Extremas medidas de economia e repressão de gastos

Para mostrar que a firma construtora estava empenhada em economizar nos mínimos detalhes os gastos da Estrada, damos a seguir dois pequenos episódios. O senhor engenheiro Weitnauer havia servido no exército alemão na cavalaria e estava acostumado com sua mula de montaria que sempre se apresentava com o pêlo bem escovado e almofadada e além disso que os cascos de suas patas estivessem bem engraxados e lustrados.

O senhor Dr. Castilho, por sua vez era um homem que andava sempre bem trajado com barba feita e cabelo impecavelmente penteado e talhado. O senhor Weitnauer precisava, para os cascos de sua mula, de graxa preta e o senhor Castilho para se barbear e pentear seu cabelo à risca, de um espelho. Ambos os objetos foram comprados por conta da Companhia e postos em conta. Porém não tardou muito e de Berlin, da sede da Companhia, veio uma carta em termos enérgicos, declarando que para o Senhor Weitnauer, poriam à disposição de sua locomoção uma mula, arreio e ração, porém que o gasto com graxa para os cascos da mula era problema pessoal dele e que tais gastos seriam glosados. Outrossim, o gasto com espelho não diz respeito à construção e portanto não podia ser incluído na conta de despesas da mesma, mas considerados gastos pessoais de Sr. Fiscal, para os quais não havia verba.

A lancha com a bandeira preta

Merece ainda menção um outro episódio, que, por sorte, não teve consequências funestas. Trata-se de uma grande remessa de dinamite necessitada para dinamitar as rochas nos trechos da construção da Estrada.

Um vapor alemão havia trazido um carregamento de 30 toneladas de dinamite da Europa para o porto de Itajaí, onde a referida carga foi transferida, com muito cuidado para bordo de uma lancha que a deveria trazer até Itoupava Seca. O administrador do material, engenheiro Otto Baumeier foi enviado a Itajaí para providenciar o transporte até Blumenau. A lancha, trazendo no seu mastro principal uma bandeira preta, como sinal de perigo, deveria ficar ancorada em Itoupava Seca no meio do rio e bem vigiada. Estas foram as instruções do senhor Baumeier, que se dirigia por terra até Itajaí e aí orientou o chefe da lancha sobre como deveria proceder. Voltando, via terrestre a Blumenau, o Sr. Baumeier encontrou a lancha realmente ancorada no meio do rio, mas não notou ninguém a bordo, notando apenas uma pequena fumaça que saía de uma parte da embarcação. Tomou uma canoa e qual não foi sua surpresa ao encontrar na lancha, sentado sobre uma caixa de dinamite, o vigia, que calmamente fumava seu cigarro de palha, ignorando o perigo a que expunha a si e os demais da redondeza.

No ano de 1914, pouco antes da 1.ª guerra mundial, o Governo Federal, firmou outro contrato com a mesma firma berlinense para a construção de 1.000 quilômetros de estrada de ferro, isto é, primeiramente até Itajaí e depois até a fronteira com a Argentina. Pelo contrato a firma construtora se obrigara a entregar 100 quilômetros de estrada por ano. O trecho até Itajaí deveria estar pronto em oito meses e isto em uma época em que ainda não se usavam tratores e carregadeiras para a movimentação de terras. Os gastos para a manutenção do serviço com o pessoal de administração foram reduzidos ao mínimo, pois nos primeiros anos da estrada, sob a administração alemã, havia 4 empregados na Estação de Blumenau, enquanto que nas estações de Itoupava, Indaial, e Hansa-Hamônia, 2 empregados em cada uma. Nas oficinas em Itoupava Seca trabalhavam 10 empregados. Os serviços nas estações de Warnow, Ascurra, Aquidaban e Morro Pelado eram atendidos por apenas um agente. Na demais estações de paradas, como Salto Weissbach, Passo Manso, Encano e Subida havia apenas um encarregado para o atendimento de venda de passagens e embarque e desembarque de encomendas e mercadorias, serviços estes executados por uma pessoa residente do local, com funções de agente, durante a passagem do trem, comparecendo meia hora antes da chegada do trem e permanecendo até que o telefone acusasse a chegada do trem na próxima estação, fechando então a estação.

A História de Blumenau revela:

DR. BLUMENAU RECHASSA INJÚRIAS E OPINA SOBRE OS PROJETOS DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL ITAJAÍ-BLUMENAU, EM EXTENSA CARTA ENDEREÇADA AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA.

(Copiado dos documentos dos Arquivos Históricos da Baixa Saxônia e existentes nos nossos Arquivos Históricos).

“Declaramos nós abaixo assinados em referência à petição que na data de 18 de junho p. passado à S. M. Imperador tem dirigido Fernando Ebert, que à asserção de que, milhares de braços trabalhadores e assíduos não podem procurar-se as primeiras necessidades da vida; é não só uma falsidade, mas ainda uma calúnia da nossa colônia e que, como em anos anteriores, assim também ainda hoje qualquer que pode e quer trabalhar e com juizo e economia administra seus bens, não só tem facilidade para ganhar as indispensáveis necessidades da vida, como pouco a pouco poderá aliviar-se as penas da vida e alcançar maior ou menor prosperidade e abastança; declaramos mais que, bem que uma navegação a vapor nos rios Itajaí e para o Desterro era muito a desejar, todavia a mesma não havia de contribuir para o aumento da prosperidade dos habitantes desta colônia de maneira tal, como aconteceria com o acabamento da estrada, já principiada, para o porto e vila de Itajaí de um, e com a explosão e estabelecimento de uma boa e direta estrada para acima da Serra do outro lado; e muito especialmente que o estabelecimento destas estradas seria muito preferível no caso, de que a navegação a vapor em questão não fosse empreendida por uma Companhia particular, assistida pelo Governo Imperial com auxílios pecuniários de pouca importância, e sim fosse estabelecida e sustentada inteiramente pelo dito Governo, empregando este acaso para tal fim quantias de tal importância, que pelas mesmas também dentro de alguns anos podiam ser feitas as referidas duas estradas. Ao mesmo tempo, porém, declaramos, que é muito a desejar e urgentemente necessário, que os vapores da Linha Intermediária, que fazem escala por São Francisco, também toquem regularmente no nosso porto de Itajaí, estabelecendo a desde anos anelados e solicitada comunicação rápida e segura do mesmo porto com as capitais do Império e da Província. — Colônia Blumenau, 30 de agosto de 1864. — Assinados: Meyer & Sperling, negociantes; Victor Gaertner, idem; Carl Wilhelm Friedenreich, médico homeopata, subdelegado de Polícia e Juiz de Paz mais votado; Julius Baumgarten, 1º Suplente do Subdelegado de Polícia e Juiz de Paz; Victor von Gilza, ex-capitão de Artilharia e Professor Público; Dr. Bernardo Knoblauch, médico, empregado da Colônia; Luiz Sachtleben, Comerciante, Juiz de Paz e Suplente do Subdelegado; Fernando Schrader, hospedeiro e fabricante de charutos; Johann Schrepp, hospedeiro, e proprietário de açougue;

Sametzki, lavrador; Baucke; idem; Haertel, idem; Scheeffler, idem; L. Scheeffler, dono de olaria; A. Bausch, lavrador; a rogo de João Giesler, W. Friedenreich; G. Endremi, lavrador; Eduardo Klein, negociante; W. Meyer, lavrador; G. Sasse, suplente do Subdelegado de Polícia; L. Wochmutte, Gollbind Huschleve, Eugen Kurtz e G. Gruegel, lavradores; Hermann Westendorff, W. Schreiber, Chr. Müller; Emilio Odebrecht, engenheiro; Wilhelm Peters, G. Bichels, J. Hoffmann, John Povant, Joinil Schöflau, Otto Stutzer, Augusto Hille, W. Tuschinsky, Friedrich Meinrich, Janthl Thommsen e João Augusto Pefhein, lavrador.

A propósito do abaixo assinado, o Dr. Blumenau anexou ao mesmo as suas seguintes considerações:

"...Não há dúvida de que uma navegação a vapor neste rio Itajaí e no litoral até a capital da Província, seria de grande utilidade para esta Colônia e os pontos intermediários; mas não só duvido como tenho as melhores razões para decididamente contestar, que no atual momento constitui, para aquela, uma indeclinável necessidade para a sua prosperidade, que seria a conclusão da estrada desta Colônia para o litoral, já principiada, e a exploração e feitura de uma outra para acima da serra, são por ora de muito maior vantagem para a própria colônia como à Província e ao Estado.

O que era muito necessário e o que desde muitos anos sempre e sempre tenho solicitado, é que os vapores da Linha dos Portos Intermediários também toquem no nosso porto de Itajaí. Nisto insisto, insisto e tenho razões para insistir; porque o comércio do porto de Itajaí está sempre crescente, porque ele urgentemente exige tal melhoramento e finalmente porque este é praticável sem dispêndio, incompatível com as atuais forças do Tesouro. Praticado este melhoramento durante alguns anos e acabadas as estradas que mencionei, tendo crescido a população, produção e exportação da colônia, então um vaporzinho no próprio rio será muito útil e até necessário e então também até melhoramento se há de efetuar com sacrifícios mediocres e tais como o Tesouro os poderia suportar. No atual momento, porém, não vejo possibilidade alguma para estabelecer esta navegação fluvial, a não ser que a companhia da Linha Intermediária a encete, ligando-a a seus outros vapores do alto mar mediante uma mediocre subscrição. Devendo esta ser muito considerável ou ainda, devendo a mesma estabelecer o vapor e sustentar a navegação totalmente por sua conta e as suas próprias custas — o que a meu ver seria um imenso absurdo e inqualificável desperdício — os benefícios e vantagens durante anos não não de compensar os sacrifícios e muito melhor seria empregar-se as respectivas quantias no aumento e melhoramento das comunicações terrestres da colônia com o fim de proporcionar-lhe a vinda de gado barato d'acima da serra, a saída para lá, do seu açúcar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, etc., e a sempre segura comunicação com o litoral. Os produtos de pouco preço, como milho, feijão e farinha de mandioca e outros tais nunca ou bem raras vezes poderão suportar o dispendioso frete de vapor e sempre hão de ser exportados

em barcos à vela; os de maior valor, porém, como fumo, charutos, manteiga, algodão, etc., não se acham ainda em quantidades tais para compensarem as despesas de sustento de um vapor e por ora não fará grande diferença, de transportá-los até a barra em canoas, lanchas e iates, como até agora, sendo nos primeiros anos seguintes só de importância, que da mesma barra tenham fácil saída nos vapores costeiros para o Desterro ou a Corte.

Esta é suscintamente minha opinião sobre este assunto e seria fácil montá-la com cálculos e algarismos. Esta é também a opinião de quase todos os habitantes da colônia, que possuem inteligência e conhecimento de tais coisas bastantes, para poderem haver e dar juízo próprio e competente sobre os assuntos em questão. Os muitos analfabetos ou quase analfabetos, os jornaleiros, aldeões, etc., que compõem a grande maioria das assinaturas, apresentados pelo peticionário Ebert, em apoio do seu requerimento, a meu ver não podem constituir juizes competentes nem sobre o lado econômico e muito menos sobre o lado financeiro em relação ao Estado; e tendo eles estupidamente dado suas assinaturas em branco, estas poderão servir para qualquer fim. Queriam exprimir um vago desejo de melhoramentos e um indivíduo meio louco ou efetivo embusteiro os aproveitou para seus fins. Como tal e como pelo seu talento de fazer dívidas e nunca pagá-las, o Fernando Ebert esperou extorquir-me dinheiro a mim e arranjá-lo, ainda, do Governo Imperial, para melhorar suas circunstâncias, que pelo seu proceder tem arruinado.

Os signatários todos foram persuadidos de que se tratava em primeiro lugar do estabelecimento de uma grande fábrica de fios de algodão, para o qual o Governo havia de fornecer os fundos e de que o Ebert se lisonjeava de ser o fundador e administrador. Gabando-se este de boca cheia de suas íntimas relações com pessoas de alta posição, muitos populares acreditam em tais fanfarronadas, tão ridículas que foram os numerosíssimos credores se lisonjeavam de que, arranjando o Ebert dinheiro do Governo, haviam de, enfim, ficar pagos, e persuadiram os outros, para também assinarem. Além disto, não tendo este sujeito outro trabalho, senão palrar na miserável baiuca de que vive, e enfim, mandando por semanas um homem por toda a colônia, para mendigar assinaturas, alcançou destas o número que apresentou, com tanto maior facilidade, quando tal assinatura não custa e não compromete a nada, e grande parte delas é escrita à rogo e por pessoas de que conheço bem a letra.

Na Corte, porém, o projeto de fiar e tear algodão da fábrica devia aparecer até ao Ebert por demais absurdo e vertiginoso e assim ele se restringiu à navegação a vapor, ficando os signatários à quem mostrei a petição, não pouco admirados e os sensatos até indignados sobre a mesma e as calúnias que nela diz sobre a colônia inteira.

E na realidade a petição contém quase tantos absurdos, mentiras e calúnias quantos são os períodos.

É absurdo e mentira dizer, que a dificuldade das comunicações

entre a colônia e outros lugares seja tal, que os colonos não possam exportar seus produtos e quando os iates, como dantes também ainda hoje sempre chegam até meia légua acima da povoação. É mais absurdo ainda dizer que a navegação a vapor faria nascer fábricas de toda a espécie — quando faltam capitais, conhecimentos, pessoas idôneas para tal fim. Finalmente, é a mais louca grosseria e desavergonhada mentira e calúnia dizer que não obstante ser o terreno fertilíssimo, milhares de braços trabalhadores e assíduos não podem procurar-se as primeiras necessidades da vida. Contando a colônia 2.300 habitantes entre crianças, adultos, velho decrépitos, etc. — assim pois pelo menos 1/8 partes da população não podiam subsistir e isto “não obstante ser o terreno fertilíssimo”!!! O absurdo é tão palpável, que nem merece impugnação e um simples passeio até os mais remotos cantos da colônia o relata. Quem tem boas terras no Brasil e nelas trabalha, nunca sofreu e sofre fome e quem faz isto com assiduidade, economia e inteligência, prospera mais ou menos. Assim também em esta colônia. Se o seu estado fosse tal como o Ebert pinta, ele não se podia sustentar com sua família, com a mesquinha baiúca que erigiu, desde que não gostou mais á trabalhar, nem os outros baiuqueiros que se acham no mesmo caso e formam a maior praga da colônia, tirando o dinheiro á algibeira dos levianos e favorecendo o vício da bebida. A petição do Ebert, repito-o, não passa de uma intriga e embuste, com que procura haver dinheiro para se salvar das garras dos seus impacientes credores, indispor contra mim, tanto os meus superiores, como a bruta massa entre os colonos. Assim para acima ele pinta o estado da colônia com as cores mais negras e falsificadas; e aos papalvos e estúpidos, narra, que eu seja o único obstáculo dos seus desejos. Ainda no momento, em que escrevo, preside á uma reunião, que convocou, e o maior embrutecido beberrão da colônia, faz o orador. Causa nojo e asco tal proceder á qualquer homem de bem, mas tenho bastante energia e confiança no bom senso da maioria dos colonos, para me deixar atemorizar.

Estas intrigas já datam desde ano e meio e principiaram no instante em que me neguei de adiantar mais dinheiro ao referido Ebert, porque já me devia uns 1:200\$000 e toda anterior assistência ficava infrutífera e perdida nas suas mãos, que só cabiam dissipar e já na Alemanha haviam dissipado uma boa fortuna. Desde então o Ebert, procurou por todos os meios extorquir-me dinheiro, ameaçando-me em cartas mais loucas ainda, do que insolentes, de acusação perante o Governo, o Ministro da Prússia e o mundo inteiro por causa da minha má administração, de uma reunião geral dos colonos, da sua “acerba vingança”, etc., e intrigando entre os colonos, para indispor-los contra mim. Como me comiserava da infeliz mulher e família do desvairado, deixei-o impune, até que depois da sua recente volta da corte e tendo ele ali malogrado no negócio de arranjar dinheiro ou mercadorias, contra diferentes pessoas fez alusões as mais injuriosas contra mim, para amendrontar-me e restabelecer “as antigas amigáveis relações entre ele

e a Direção". O mesmo fez em carta particular que evidenciã que seu autor já não está no pleno gozo de seu juízo e que me escreve em resposta a um "ofício" em que lhe pedira suas informações e cálculos sobre a navegação pretendida, inculpando-me quase diretamente de peculato, prevaricação e outros crimes. Então enfim o fiz citar perante a autoridade por causa de injúrias e para provar suas imputações. Procedi a este extremo para tomar desforra á um homem, que considero ou como meio louco ou como um desprezível velhaco, mas para vencer aos néscios ou malévolos, que, julgando meu carater pelo seu próprio, não se podiam interpretar minha nimia indulgência e longanimidade para com o Ebert, senão pelo receio de que eu tinha a encobrir erros ou crimes e aquele sujeito, por meio de suas altas relações de que sempre se gabava, fosse capaz de muito incomodar-me. A vista das provas e da própria defesa do acusado a sentença não pode ser duvidosa e dada ela, hei de perdoar a pena ao culpado e entregá-lo ao merecido desprezo dos homens honrados da colônia ou ainda a comisseração dela, porque para mim não resta dúvida, de que este individuo já se acha no principio de efetiva alucinação mental.

Resumindo minha informação em poucas palavras, sou, pois, da opinião, que a pretendida navegação fluvial, bem que útil e agradável, não é indispensável para a ulterior prosperidade desta colônia e do Itajaí em geral, que os vapores da linha dos Portos Intermediária, toquem quanto antes no porto deste rio e que as estradas desta colônia para a vila de Itajaí, de um e para cima da Serra do outro lado, fiquem continuadas e quanto antes acabadas. Deus Guarde V^{sa}. Excia. . — Colônia Blumenau, 19 de setembro de 1864. — Ilmo. Snr. José Bonifácio Caldeira de Andrada, Dmo. Delegado das Terras Públicas. — O Diretor — Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau".

Revelações dos Arquivos Históricos

Atos da primitiva Câmara Municipal da Vila de Blumenau no século passado

"Paço da Câmara Municipal da Vila de Blumenau, 28 de abril de 1884.

Ilmo. e Exmo. Snr.

A Câmara Municipal desta Vila tem a honra de devolver a V^{sa}. Excia. os inclusos dez requerimentos de diversos moradores deste Município devidamente informados pela mesma, pedindo comprar terras devolutas ao Estado, tendo esta Câmara publicado Edital de trinta dias sobre esse assunto. Deus Guarde V^{sa}. Excia. — Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. Presidente da Província de Santa Catarina. O presidente: Jo-

sé Henrique Flores Filho — Louis Sachtleben, Otto Stutzer, José Joaquim Gomes e Henrique Altenburg”.

“Paço da Câmara Municipal da Vila de Blumenau, 28 de abril de 1884.

Ilmo. e Exmo. Snr. — Esta Câmara tem a honra de acusar a recepção de ofício de V^a. Excia., datado de 4 do corrente mês, em que declara que, pela informação de Juiz Comissário deste Município, verifica-se que os terrenos reservados para Cemitério e casa da escola no lugar “Passo Manso”, já foram descriminados e que não podendo as Câmaras Municipais distrair dos fins a que foram destinados os terrenos reservados para logradouro público, não havia motivo para a imposição da multa a Carlos Bachmann e outros por terem erigido uma cruz no lugar destinado ao Cemitério, o que declarava V^a. Excia. a esta Câmara para os fins convenientes.

Em resposta tem esta Câmara, com o devido respeito, declarar a V^a. Excia. que não podendo as Câmaras Municipais distrair dos fins a que foram destinados, terrenos reservados para logradouros públicos, o que lhes é proibido pela lei de 1^o de outubro de 1828, não podiam os multados Carlos Bachmann, e outros distrair para cemitério um terreno ha anos reservado pela extinta diretoria da ex-Colônia Blumenau, para logradouro público e vivenda do encarregado da passagem conveniente e legalmente, discriminado, medido e demarcado, fincando nesse terreno uma cruz, e por isso bem procedeu o Fiscal desta Câmara multando os ditos indivíduos.

Pela referida lei de 1^o de outubro de 1828 compete às Câmaras e governo, economias e policial do município, a administração dos bens municipais de uso comum dos seus moradores, e bem assim são obrigados a provar, em suas posturas sobre o estabelecimento de Cemitérios fora do recinto dos Templos; por conseguinte, dada mesmo a hipótese de que o terreno em que os multados fincaram a cruz fosse o destinado para Cemitério, não podiam estabelecer este sem que procedessem às formalidades legais para esse fim.

Acresce que esta Câmara em vista da legislação vigente não reconhece no Juiz Comissário, competência para proceder à medições de logradouros públicos, estreitá-los ou alargá-los e mudar antigas e legais medições, como praticou no lote nr. 14 na margem esquerda do rio Itajaí (Passo Manso), dando a uma parte do mesmo aplicação diversa daquela a que foi destinado e reservado.

Assim pois, em vista desta singela, porém verdadeira exposição, conhecerá V^a. Excia. que esta Câmara procedeu legalmente e na órbita de suas atribuições. Deus guarde V^a. Excia. — Ilmo. e Exmo. Snr. Diretor Presidente da Provincia de Santa Catarina. Assinados: José Henrique Flores Filho, presidente; Luis Sachtleben, Henrique Altenburg e Otto Stutzer, membros”.

HISTÓRIA ROMANCEADA DE HERMANN BRUNO OTTO BLUMENAU, NA ALEMANHA

— De farmacêutico a colonizador —

2º VOLUME

Nemésio Heusi

(Continuação do número anterior)

CORPORIFICANDO O IDEAL COLONIZADOR

O jovem farmacêutico Hermann Bruno Otto Blumenau vai ao encontro dos sábios e mestres Humboldt e Martius

I

Erfurt, a histórica cidade alemã às margens do Gera, em 1808 foi palco do então célebre encontro entre Napoleão Bonaparte e o czar Alexandre I da Rússia, quando concluíram a efêmera aliança franco-russa.

Em 1842, um outro encontro se daria com a chegada a Erfurt do Barão Alexander von Humboldt, célebre camareiro e cientista, estadista e explorador, o “monarca não coroado das ciências”, o que desde a morte de Goethe, representava a “figura central da glória nacional”, conhecedor competente das regiões equatoriais do mundo ocidental e era tido, com exceção de Napoleão Bonaparte, como a mais destacada personalidade da Europa. Portanto, para Hermann Bruno Otto Blumenau, que jovem ainda começava a corporificar seu ideal colonizador, o seu encontro tinha a mesma dimensão histórica daquele de 1808.

Em 1799, no crepúsculo do Século XVIII, Humboldt, em companhia de Bonpland, empreendeu uma viagem pelas regiões tropicais do novo mundo, prolongando-se até 1804.

Ao visitar a Amazônia no sentido amplo, a grande zona fitogeográfica, coberta pela floresta equatorial, que constituía a Hiléa — como foi denominada pelo próprio Humboldt, nesta sua viagem — extravasa as fronteiras políticas do Brasil, alcançando a Oeste os contrafortes dos Andes em terras da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia, e ao Norte avançando pela Colômbia, Venezuela e as Guianas, assim considerada a Amazônia.

Ora seria impossível para a expedição científica de Humboldt deixar de penetrar na Amazônia Brasileira, e, entrando, foi obrigado a recuar, não prosseguindo em virtude das leis de Portugal, que, alertado da presença de Humboldt na Amazônia, expediu ordens aos gover-

nos do Norte, nela situados, proibindo a entrada de estrangeiros em seus domínios, sem expressa autorização, por "prejudicar os interesses políticos da coroa."

Tudo isso aconteceu em 1804, era a chama de liberdade de Tiradentes, estupidamente enforcado por ordem da coroa, no Rio de Janeiro, em 1792, que ainda ardia cada vez mais forte nos corações dos brasileiros e se transformava nos constantes pesadelos da coroa portuguesa, que via fantasmas por todos os lados, e rincões brasileiros que acabaram no inevitável, grito do Ipiranga", proferido por ironia do destino, por um português que já estava saturado das absurdas "ordens emanadas da coroa portuguesa", Dom Pedro I.

Humboldt foi mais uma vítima do "zelo de uma coroa" que bem próxima estava de perder sua rica colônia, praticante abandonada durante três séculos de uma colonização que andava a passos de tartaruga.

Humboldt, ao visitar Erfurt em 1842, aguçou o embrião do ideal colonizador que vivia nos sonhos do farmacêutico Hermann Bruno Otto Blumenau, o qual movendo todo seu prestígio de empresário conceituado que então era em Erfurt, conseguiu através de amigos influentes e de grande peso político, uma audiência com a mais "destacada personalidade da Europa logo depois de Bonaparte", seria o seu primeiro encontro com alguém tão ilustre, que já estivera no Brasil, e o Brasil era uma de suas intenções de "colonizar distantes terras ignotas".

Conseguindo o encontro, Blumenau não dormiu aguardando a hora da audiência que se aproximava.

Ao se anunciar, Hermann Bruno Otto Blumenau, no seu melhor traje, de pé e ereto como um soldado alemão, na grande sala de espera do mesmo palácio do encontro de Napoleão, ouviu a voz firme de seu secretário:

— Excelência! Para audiência marcada: Hermann Bruno Otto Blumenau!

E uma voz pausada e firme respondeu:

— Ah! Muito bem, faça-o entrar por favor, meu caro.

Em passadas cadenciadas Blumenau se aproxima do grande mestre.

— Boa tarde, Excelência!

— Ora, como vai o meu jovem?

— Bem, Excelência, muito bem!

— Vou tratar-lhe, durante a audiência, de "Meu Jovem".

— Muito obrigado, Excelência.

— Esta pasta que traz consigo, são seus planos de colonização, pois não?

— Exatamente, Excelência

— Muito bem! Quer me parecer, segundo seus amigos que me pediram esta audiência para o jovem, o governo alemão também já recebeu pasta identica, não é mesmo?

— Exatamente, Excelência, de tudo está informado o governo alemão.

— Fale-me um pouco, generalizadamente, de seus planos, faço questão de ouvi-lo, porque sei, por informações pessoais, que são muito interessantes.

— Pois não, Excelência, com muito prazer.

— Uma pergunta curiosa, que idade tem, meu jovem?

— Vinte e três anos, Excelência!

— Bela idade! Bela idade para tão lindos sonhos, meu jovem! Desculpe interrompê-lo, continue então expondo seus planos colonizadores.

— Senhor Barão, anualmente deixam a nossa Alemanha, em média 60.000 alemães, e no estrangeiro vivem ao todo uns 5 milhões, dos quais, segundo o último recenseamento 4,8 milhões na América do Norte.

Desde 1815 ou 1820 teriam imigrado, no mínimo 3,5 milhões de pessoas, ou seja, o dobro da população dos reinos da Saxônia, Wirttemberg ou de Hannover e bem mais do que a população da Dinamarca e tanto quanto a população de Portugal. Esta fuga de alemães muito me preocupa, Excelência.

— Meu caro jovem! Somos uma nação dividida, de um lado o feudalismo prussiano da aristocracia Junker, com sua grande força política, do outro lado outras tantas aristocráticas não menos poderosas a dividirem-nos em lutas constantes. Após a derrota de Napoleão, a Prússia encontrou no ministro austriaco Metternich, — que foi embaixador austriaco em Paris e negociou o casamento de Maria Luisa, filha de Francisco I, Imperador germânico com Napoleão I, tornando Imperador dos franceses, — o grande obstáculo para sua propaganda de união dos alemães, que com a Confederação Germânica de 1815, novamente foram divididos. Internamente, na Prússia, os Junkers opunham-se a idéia, como oriunda do romantismo francês. Quando, na realidade, não era nada disso.

Meu caro jovem! Difícil, muito difícil a nossa tão sonhada e necessária unidade alemã. Tão divididos como estamos, com tantas lutas internas, — eis as causas principais do grande exôdo alemão que vossos números há pouco citados. Estes refletem uma verdade indiscutível e muito lamentável, meu jovem.

Mas, eu acredito no povo alemão! Não tardará muito aparecerá um grande líder e com ele a unificação que todos queremos.

— Eu também, senhor Barão, acredito neste milagre, e é o que mais ardentemente desejo.

Humboldt sorriu.

— De fato, meu jovem, só um milagre mesmo! Mas, voltando à sua colonização, qual o país que deseja colonizar?

— Ainda não tenho bem fixado o país. Penso, porém, seriamente, no Brasil, e como sei que vossa Excelência esteve lá, gostaria que falasse algo sobre o Brasil.

Humboldt entusiasmou-se, e com firmeza:

— Meu jovem. Não escolha outro país! Vá, vá para aquela imensidão verde que é o Brasil, e muito bem disse o seu primeiro cronista, Pero Vaz de Caminha: . . . “A terra é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo. . .” Vá, porque, sem dúvida, será o grande país do futuro para a colônia de seus sonhos!

No entanto, meu jovem, pouco posso falar do Brasil. Vou lhe dar, porém, uma carta apresentando-o ao meu amigo Dr. Martius, que lá esteve bem depois de mim, isso em 1817, permanecendo três anos no país e percorrendo todo o Brasil. Eu estive pouco tempo, e um lamentável incidente obrigou-me a sair do país, quando visitava a Amazônia. O Dr. Martius lhe informará com prazer porque bem, conheço sua amabilidade e cavalheirismo. Já o conhece?

— Só de nome, Excelência. Todavia, pretendo, ainda este ano, matricular-me na sua Universidade de Munique, para estudar botânica e doutorar-me em Filosofia, se Deus me ajudar, Excelência!

— Meu caro, o Dr. Martius será seu professor de botânica! Excelente idéia de cursar a universidade, mesmo porque, a cultura é sempre o melhor e o mais curto caminho de encontrar-se o sucesso maior de nossos propósitos.

Depois, no seu mister de colonizador no Brasil, irá sem dúvida, precisar do bafejo oficial, e o Dr. Martius tem excelentes ligações na Corte Brasileira. Ele e seu amigo Spix, integraram a comitiva da Arquiduquesa Leopoldina, filha de Francisco I e Maria Leopoldina Josefa Coralina de Habsburg, para o casamento do Príncipe Dom Pedro, herdeiro do trono português e depois Imperador do Brasil, que veio a ser o pai de Dom Pedro II, atual Imperador brasileiro. Estamos em 1842, não é? Portanto, hoje, Dom Pedro II está com 17 anos, foi regente até 1840, quando foi declarada a sua maioridade. No conturbado período regencial teve como seu primeiro tutor, José Bonifácio de Andrade e Silva, homem extraordinário, cientista, com quem mantenho correspondência científica, muito principalmente sobre a Amazônia. É para ele que lhe darei, meu jovem, uma carta de apresentação, tão logo pense em viajar para o Brasil.

— Obrigado, Excelência, procura-lo-ei tão logo pretenda viajar para o Brasil.

— Vejamos, meu caro. Se for colonizador no Brasil, só irá daqui a uns cinco anos, mais ou menos. . .

— É Excelência, não viajarei senão daqui uns cinco anos, pois pretendo me formar, estudar ainda melhor os problemas de colonização e, de fato, antes dos cinco anos não viajarei em verdade.

— Pois muito bem, meu jovem. Daqui há cinco anos estaremos em 1847, não é?

— Certo, Excelência.

— O senhor estará na flor da sua maravilhosa idade de 28, já começando a pensar mais maduramente, encontrará lá em seu governo, outro jovem extraordinário, com apenas vinte e dois anos, com sua formação cultural já bastante sólida, aliás, — o Dr. Martius, que lhe remeterá seu notável livro "Reise in Brasilien" ("Viagem pelo Brasil") escrito em 1831, e logo depois, um dos mais extraordinários de seus livros, ambos em colaboração com Spix, seu velho, querido amigo e companheiro. Sobre a flora brasileira, "Flora Brasiliensis", Dom Pedro II, o jovem e brilhante imperador brasileiro lhe escreveu memorável carta, e sei, até hoje ainda mantém correspondência.

— E, Vossa Excelência, não se corresponde com o monarca do Brasil?

— Poucas, muito poucas vezes, trocamos cartas, sempre, por parte de Dom Pedro II, as mais interessantes possíveis.

Como vê, meu caro jovem, o homem indicado para lhe introduzir nos meios oficiais da corte brasileira, não é outro senão o Dr. Martius!

— Desde já, neste momento, tomei a minha primeira resolução colonizadora!

— Ótimo! E qual foi, meu jovem?

— Será no Brasil, Excelência, que implantarei a "minha pequena Alemanha", bem no coração daquela "imensidão verde", como tão bem se expressou Vossa Excelência, há pouco.

— Pois saiba, meu jovem, os homens decididos, são sempre os que primeiro vencem as grandes batalhas que a vida nos obriga a lutar em busca de nossas conquistas. A vossa decisão de agora, neste momento, já eliminou um obstáculo, a escolha do local da sua colonização. Foi a vitória da perda de tempo na escolha, e a iluminação da incerteza e a dúvida, que nos fazem perder longo tempo com indecisões.

Se sois como és, meu jovem, um idealista, usa; esta força que somente Deus dá aos fortes e decididos, a fim de encurtar os longos caminhos de vossos sonhos colonizadores, porque a realidade, se generosa e boa, é por vezes, severa e impiedosa. Irá, então, reclamar-vos muitas lutas, muitos trabalhos e noites insones, que exigirão dolorosos e longos sacrifícios físicos e mentais. Porém, nunca recuarás, porque em vossa alma e vosso coração há a grande força espiritual que gera o vosso ideal, e ele moverá todas as montanhas de vossas dificuldades, porque, meu caro, sois um predestinado, como aconteceu com todos os idealistas.

E a prova que me destes hoje, neste momento, quero premiá-la, admitindo-vos no grande círculo de meus amigos.

— Obrigado, Excelência! MUITÍSSIMO obrigado, Excelência! Procurar-lhe-ei todas as vezes que me for possível, porque é para mim, a maior de todas as honras pessoais, pertencer ao vasto círculo de vossos amigos.

— Não se retire sem lhe dar a carta para o Dr. Martius. Antes, todavia, uma pergunta: O que faz atualmente, meu jovem?

Humboldt enquanto ouvia Blumenau, pediu ao secretário papel e envelope para escrever do próprio punho a carta apresentando o jovem entrevistado.

— Continue meu jovem, estou ouvindo-o muito bem.

— Atualmente, em sociedade com Trommsdorf. . .

— Desculpe interrompê-lo, Trommsdorf é filho do Dr. Johann Bartholomaeus Trommsdorf, já falecido, e o que foi professor da universidade local e diretor do "Jornal Pharmazie"?

— Exatamente, Excelência. Conheceu, então, o Dr. Trommsdorf Sênior?

— Sim! Sim! Homem de vasta cultura, mas continue meu jovem.

— Com Trommsdorf, meu amigo, fundamos uma indústria de produtos químicos para o aproveitamento, segundo uma invenção nossa patenteada, de um processo que, por meio do zinco, reduzia o sulfato de chumbo que sobrava em grande quantidade na preparação do acetato de alumínio, nas indústrias de Erfurt, e era jogado fora. Admitimos mais um sócio, um hábil comerciante, e vamos explorar a nossa invenção, comercialmente.

— Muito bem! Aproveitar o que é jogado fora, evitar o desperdício é sem dúvida uma medida altamente elogiável e, acredito, de bons resultados econômicos, não é mesmo?

— Assim esperamos, Excelência.

— Bem, meu jovem, aqui está a carta para o Dr. Martius, e o meu cartão para quando visitar Berlim procurar-me. Aliás, já que escolheu o Brasil para colonizar, terá o maior interesse de conhecer o embaixador brasileiro na Alemanha, em Berlim. Ele é também do círculo de minhas relações na capital prussiana, o Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, inteligentíssimo, muito culto, conhece todo o mundo, e, o que é muito interessante para o senhor, já escreveu muito sobre colonização e imigração, é grande fomentador da emigração para o Brasil.

Hermann Bruno Otto Blumenau ficou radiante, e depois de um longo sorriso:

— Ótimo! Conhecer tão ilustre diplomata brasileiro. Mas, antes, quando for ao seu encontro em Berlim, procurarei já estar falando, razoavelmente, o português. . .

— O Dr. Miguel Calmon fala fluentemente o alemão, meu jovem.

— Sei, Excelência, nem estou pondo dúvida. Mas, se eu com ele mantiver um diálogo em sua língua vernácula, será bem mais interessante, e meio caminho andado para conquistar sua amizade, que será tão proveitosa para mim como futuro colonizador em seu país.

— Sem dúvida, meu jovem! Estes seus pendores diplomáticos vão ajudar-lhe muito na sua longe e difícil caminhada colonizadora. Esforce-se ao máximo para aprender o português o quanto antes. Aliás, o Dr. Martius deve conhecer algum professor de português.

— É justamente o que pensava no momento.

O Dr. Humboldt levantou-se e, depois de cumprimentar seu jovem entrevistado Hermann Brunno Otto Blumenau com o mesmo garbo com que entrou no luxuoso salão de audiências, retirava-se sorrindo, radiante e feliz pelo agradável encontro.

Antes de descer as escadarias do palácio, olhou bem para a carta de apresentação de Martius, beijou o envelope e, carinhosamente como quem guardava uma relíquia, colocou-a em sua pasta.

(Continua no próximo número)

BRUSQUE NO ANO DE 1881

IIª PARTE (Conclusão)

Guilherme Strecker (SAB)

JULHO

No dia 12, o Diretor devolveu à Presidência da Província, 10 requerimentos, devidamente informados.

O empreiteiro, Sr. Antônio José Schneider, de uma conta apresentada no valor de Rs. 8:000\$000, recebeu apenas a metade, referente às derrubadas feitas no mês de fevereiro na estrada Lourenço de Albuquerque.

O Sr Jorge Boettger (farmacêutico) procura receber 125\$000 rs. de fornecimento autorizado de medicamentos. Sobre este item, o Presidente da Província alerta ao Diretor que sempre deve haver opinião profissional sobre os medicamentos, dispensando-se esta formalidade no caso de pequena quantidade de remédios.

AGOSTO:

Telegrafando à Presidência da Província, o Diretor prevê grandes dificuldades para sua administração, devido à retirada até o dia 3, do destacamento policial. Os colonos vivem em grande miséria, porque há 8 meses não recebem seus vencimentos do Governo Imperial.

Respondendo ao ofício circular de 14 de julho p. p. , a dire-

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

banespa

Um dos colaboradores nas edições desta revista

ção das Colônias assegura à Presidência que tudo fará ao seu alcance, para que os estabelecimentos coloniais sejam dignamente representadas na exposição brasileiro-alemã.

Nas Colônias, ao completarem 21 anos de fundação, reina grande desânimo entre a população. A Direção pede o envio urgente de numerário, e de reforços policiais.

Logo após, os Srs. João Schwarz, Pedro Beltramino e mais 24 credores do Estado, recebem suas contas no total de 7: 670\$842 Rs., da verba especial para a emancipação.

O Diretor remete, através de Itajaí, 5 volumes destinados a exposição brasileiro — alemã. Os volumes seguem primeiro até o Desterro.

Enquanto isso, o colono italiano Moretti Giovanni doente, deseja voltar à sua pátria.

Cincoenta famílias do 1º Distrito de Nova Trento, através do fiscal de estradas, Fernando Fabre, requerem a construção de caminho com 1m. a 1.5m. de largura para transporte de produtos agrícolas. Adianta-se ainda que aí existem 9 engenhos. Como anexo ao requerimento, temos a demonstração das distâncias e das despesas prováveis.

O citado fiscal de estradas endereçou ao Diretor relatório dos serviços efetuados no Distrito de Nova Trento, a saber rol de pontes, pontilhões e bueiros; bem como as distâncias respectivas entre uma e outra obra.

SETEMBRO:

O Diretor pede orientação por parte do Presidente da Província, a respeito de entrega de numerário ao credor ou seu legítimo procurador. O orçamento do mês, importando em Rs. 2:216\$606, não foi aprovado. No dia 25, é enviada uma relação dos colonos austríacos e húngaros aqui estabelecidos.

OUTUBRO

Remetem-se ao Presidente da Província vários requerimentos devidamente informados.

A direção dá notícias sobre colonos italianos.

O fiscal das estradas, Fernando Fabre, envia ao Diretor relatórios sobre os caminhos coloniais das linhas — Ribeirão do Pitanga e Lageado.

NOVEMBRO:

Após longa e pertinaz doença, falece no dia 15 às 22,45 horas, o médico das colônias Dr. Francisco Martins Mendes.

Passada uma semana, quando se efetuavam os pagamentos, ocorreram desordens e o pessoal da diretoria foi injuriado. Conforme opinião do Diretor, os colonos dia a dia tornaram-se mais exigentes e insubordinados.

Ao mesmo tempo, o Diretor, temendo o desaparecimento do

"precioso" arquivo da Colônia e estragos na casa da direção, pede policiais da cidade de Itajaí.

A presidência da Província autoriza à direção, retirar madeiras de Lei, sem indenização alguma quer para os lotes já pagos quer dos ainda em débito, para ser empregada na construção de obras de arte.

DEZEMBRO:

O governo da Província é inteirado do conteúdo da carta que Parise Giuseppe dirigiu ao Cônsul da Itália.

O Diretor pede esclarecimento referente à licença de 20 dias, na Corte, requerida pelo Ajudante do Diretor, engenheiro Julio da Silva Oliveira. Ao mesmo tempo, Pantoja officia ao referido engenheiro, avisando que mesmo doente, não deve abandonar o cargo sem a licença ou exoneração.

Nos últimos dias foram liberadas verbas no valor de..... Rs. 12:597\$32 dos orçamentos dos meses de Setembro e Outubro.

Nas vésperas do Natal foram autorizadas pela Inspeção Geral de Terras e Colonização, as dispensas dos agrimensores Germano A. Thieme, Adolpho Pacca e Antonio Rodrigues Lima, em virtude de se achar quase terminado o serviço de medição de lotes. Os cargos foram extintos.

O escrivão, Reginaldo Fabiano de Moraes, alegando grave doença de sua genitora, a 14 pediu demissão do cargo.

Pantoja remete a presidência da Província, copias dos officios trocados com o engenheiro Julio da S. Oliveira.

No dia 25, o Diretor remete ao governo provincial, relação dos austríacos e húngaros existentes nos Distritos de Porto Franco, Curo Grande e Gaspar, faltando a dos existentes no Distrito de Nova Trento que está sendo ultimado. Alega-se a demora nas explicações da direção por força da oposição que fazem os colonos em prestar as informações necessárias e verdadeiras.

Neste final de ano, Germano Willerding, Adriano Schaefer, Frederico Klappoth e outros, negociantes e moradores da Colônia, reclamam dos prejuizos acumulados em virtude da demora dos pagamentos. A situação só beneficia um comerciante que faz fortuna prejudicando os demais.

No último dia do ano, Aguilar Pantoja envia ao Presidente da Província um pacote registrado, em Itajaí, contendo 133 documentos comprovativos das despesas realizadas; 53 relativos às despesas ordinárias de abril junho e 80 documentos referentes às despesas extraordinárias feitas nos meses de novembro e dezembro do ano passado.

Por trás da frieza dos officios, observa-se que o ano de 1881 não foi bom para as Colônias Itajaí e Príncipe D. Pedro.

No segundo semestre, devido à falta ou demora da chegada de numerários, evidencia-se claramente um desânimo geral por parte dos colonos que provocaram motins no mês de novembro.

Houve grande pressa na construção e recuperação de obras pú-

blicas, pois mais tarde, a então Câmara Municipal da vila de São Luiz Gonzaga, vai demonstrar que estas obras foram mal construídas.

A dispensa ou exoneração de vários funcionários da Colônia, a saída do vigário Padre Alberto Gattone, o falecimento do médico Dr. Martins Mendes e extinção do cargo, nos mostra a preocupação do Governo Imperial em finalizar rapidamente o regime colonial.

Amparados pelos colonos, surgem as lideranças locais nas pessoas dos comerciantes. Muitos deles serão os primeiros políticos e administradores do futuro município.

Novos dados estão sendo recolhidos para explicar o desenrolar dos 18 meses finais da colônia até à instalação do Município e Vila de São Luiz.

Será que valeu a pena lembrar esses fatos envolvendo pessoas cujos nomes hoje lemos nas respectivas tumbas ou nomes de ruas da cidade? Talvez.

h. 1. 1

FIGURAS DO PASSADO

AUGUSTO KUENECKE

Por Frederico Kilian

A história de Indaial e o seu desenvolvimento no século passado e início do presente século, está intimamente ligada com a vida e atuação de um homem que teve grande influência política e social naquela localidade. Trata-se do farmacêutico AUGUSTO KUENECKE.

Nasceu ele na localidade de Offleben, perto de Helmstedt, no Ducado de Brunsvique, como filho de Anton Keunecke e sua mulher Laura nata Meyer. Seu pai foi pastor evangélico-luterano e posteriormente Superintendente da Diocese de Helmstedt. Augusto Keunecke frequentou as escolas de Helmstedt e de Brunsvique onde adquiriu largos conhecimentos e instrução intelectual. Após sua formação numa farmácia de Wolsdorf (Brunsvique). Após seus estudos de três anos, foi aprovado como farmacêutico, cuja carreira pretendia seguir.

No ano de 1857 emigrou para o Brasil, constando de seu passaporte; "Para estabelecer-se em Blumenau". Chegou aqui sem recursos financeiros, pelo que não lhe foi possível, desde logo, estabelecer-se com farmácia própria. Para prover sua manutenção, teve que unir-se a uma família, indo trabalhar em Belchior, ajudando no desmatamento e preparo de roça, executando todos os demais serviços de colono. Em suas horas vagas, dedicava-se a fazer cachimbos. A essa época morava no Indaial o Dr. Köhler, que além de exercer a sua profissão de médico, possuía uma pequena farmácia que dirigia. Pelo desenvolvimento da Colônia, em vista da sempre crescente imigração e aumento da população, o médico Dr. Köhler não podia mais atender

aos serviços da farmácia, tendo então solicitado a Augusto Keunecke para cuidar da mesma. Keunecke, que entretantes já tinha contraído matrimônio e ficado viuvo, concordou e mudou-se com sua família no ano de 1877 para Indaial, fixando ali residência e atuando até a sua morte. O Dr. Köhler e o farmacêutico Keunecke moravam, de início, juntos numa casa. Mais tarde Augusto Keunecke comprou um terreno com casa na qual passou a morar. Aqui Augusto Keunecke desenvolveu suas múltiplas atividades, demonstrando grande capacidade em sua profissão e interesse pelo bem estar da população.

Foi sempre um conselheiro ativo e prestativo, tendo revelado bom conhecedor de doenças infantís, pelo que foi muito procurado em casos de emergência. Combateu também, eficazmente o surto de uma epidemia de tifo, que grassou nos anos de 1891 e 1893 e que, somente no ano de 1891 fez mais de 40 vítimas. Pela sua atuação altruística e desinteressada, sempre pronto para servir e aconselhar, granjeou a simpatia e confiança da população, tendo também sido eleito por várias vezes a cargos públicos e também de direção de sociedades. Sob sua direção e orientação o distrito teve um desenvolvimento notável, não só na administração distrital, como na vida escolar, eclesiástica e social.

Por muitos anos exerceu o cargo de agente postal, cuidando, com zelo, do encaminhamento da correspondência aos seus respectivos destinatários, por intermédio de pedestres, cavaleiros ou carroceiros conhecidos seus, a quem confiava a entrega da correspondência dos que moravam longe. Já pela sua educação recebida na casa paterna, tinha grande interesse na igreja e escola. Tomou acentuada parte na fundação da Comunidade Evangélica e na escola a esta filiada. Foi presidente da Comunidade Evangélica durante 16 anos, dirigindo o seu destino com muito zelo e eficiência. Da mesma forma foi sua atuação na vida social.

A Sociedade de Canto de Indaial alcançou sob a direção de Keunecke o seu maior apogeu. Por centenas de mil réis, que gastava de seu próprio bolso, comprava livros de canto e folhas de música, entregando-as à sociedade de canto, a qual também pôs à disposição seu harmônio. As festas anuais desta Sociedade, compareciam até ouvintes da cidade de Blumenau, não temendo as estradas ruins daquela época, tal fama de que gozava o coro desta sociedade.

Augusto Keunecke era de estatura mediana e forte. Suas qualidades de caráter, tornaram-no uma personalidade marcante como Indaial jamais havia visto. Era severo para sua família, como para si mesmo. De sua primeira esposa, que perdeu cedo, teve nove filhos. No ano de 1881 casou-se novamente, tendo onze filhos deste consórcio. Era de um caráter reto e inflexível — até à rudeza — honesto e consciencioso, desinteressado e às vezes até colérico, mas no fundo do coração de uma bondade proverbial, gozando de grande estima e conceito de toda a população. Faleceu no dia 5 de Janeiro de 1906, com a idade de 69 anos e 2 meses.

O Parque da Fundação de São Leopoldo, Petrópolis, Blumenau, Joinville, etc.

A História da Humanidade decorre simultânea — e paralelamente para todos os povos, as cidades, as famílias e as pessoas. Nenhum povo e mesmo nenhum grupo de gente pode se excluir. E do conjunto de todas essas "Histórias" é que resulta a História da Humanidade, a História de todos os povos, de todas as gentes e com isto de todas as Civilizações, que deve ser olhada como UM TODO, onde um ou mais acontecimentos são o reflexo de outro ou de muitos outros acontecimentos, resultando um complexo, dentro do qual se poderá distinguir apenas as linhas gerais.

Sob essa filosofia analítica também devem ser olhadas as fundações, ocorridas no decorrer do século passado, em parte ainda no século em curso, de todas essas chamadas "colônias" de alemães no Brasil: São Leopoldo, São Pedro d'Alcântara, Santa Teresa, Mafra, Rio Negro, Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Joinville, Blumenau, Brusque, São Bento do Sul, Jaraquá do Sul e, entrando já neste século, centenas de outras colônias, principalmente nos três Estados sulinos, porque o povoamento do Estado de São Paulo pelos alemães, italianos e japoneses não estava ligado diretamente à fundação de "colônias", com uma ou duas raríssimas exceções. as quais, em virtude da presença de uma infra-estrutura luso, caboclo, afro-brasileira, não apresentaram os resultados esperados.

Esse período da fundação de "colônias" já passou. Mas ele se enquadra de uma maneira bastante lógica na minha tese, ocupando mesmo posição de destaque dessa filosofia geral da História da Humanidade. Esse período, que costumamos chamar de CICLO DAS EMIGRAÇÕES EM MASSA, foi uma consequência lógica de uma situação nova e certamente inesperada criada pelas nações denominadas NAVEGADORES: a Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Holanda.

Dado o tiro de partida pelo judeu marrano Cristóvão Colombo, cuja expedição foi financiada por diversos judeus conversos de Aragão, Luís de Santangel, Diego de Deza e Gabrel Sanchez (Escreve o judeu contemporâneo SIMON WIESENTHAL em sua obra "A Missão Secreta de Cristóvão Colombo", com o sub-título "Seria judeu o descobridor da América?" as seguintes palavras: "Sem Luís de Santangel, a expedição de Colombo jamais teria lugar. De sua fortuna privada, ele adiantou, sem juros, a soma de 17.000 ducados de ouro, para equipar a frota." E continua WIESENTHAL, cujo nome traduzido para o português significa VALE DOS PRADOS: "Seus livros contábeis, bem como a prova de que seu empresário só foi reembolsado muito tempo depois, podem ser encontrados nos arquivos de Simancas Es-

panha), — as demais nações, que também dispunham de “know how” em Náutica, passaram a vasculhar de igual forma os sete mares do Mundo, à procura de terras novas e riquezas fáceis.

Sendo muito interessante observar, mesmo distanciados quase quatro séculos, a mentalidade adotada e observada por todos esses povos marítimos: bastava apenas um entre eles pisar como primeiro a praia de um desses países d'ulamar, para se arvorar em DONO, como se tivesse achado um objeto abandonado e declara a posse para a sua nação. Estas jamais perguntavam, se essas terras agora descobertas por algum navegador europeu, já tinham dono ou não. Uma mentalidade que, seja lembrado aqui, foi adotada e confirmada pelo próprio Papa Alexandre VI, quando homologou o Tratado de Tordesilhas, que praticamente FACHAVA O MUNDO EM DUAS METADES, FICANDO UMA METADE PARA PORTUGUAL E A OUTRA PARA ESPANHA. A posse era simples e peremptória e tinha por cima a bênção do Papa, o que porém não evitou, que Henrique IV, Rei da França, soltasse uma tremenda gargalhada, exclamando: “Mostrai-me o testamento de Adão!”, de cuja mentalidade, diferente, dos reis de França, resultou a presença, embora passageira, dos franceses no Rio de Janeiro e em São Luis do Maranhão, por eles fundada. Mas, a mentalidade perdurou por diversos séculos, com a única diferença, que com o tempo usou de “colônia” para “protetorado”. Assim, Portugal, Espanha, a França, a Inglaterra e a Holanda se transformaram e de mão beijada, em imensos impérios coloniais.

Dentro porém do complexo histórico da Humanidade surgiu uma situação nova, não planejada pelos grandes Impérios Coloniais e nem esperada pelos mesmos. Em 1776 as treze colônias inglesas na América do Norte declararam a sua independência e a Liberdade (“All men are equal!”) percorreu qual rastilho de pólvora todas as demais colônias castelhanas, mais a única portuguesa, que havia: o Brasil. Nem bem cinquenta anos após a “Declaração de Independência” assinada na primeira capital dos Estados Unidos, Filadélfia, todas as antigas colônias espanholas e a portuguesa, na América, estavam livres.

Essa constelação política, que surgiu no Continente americano nos primeiros decênios do século passado, trouxe em seu bojo um problema, que à primeira vista parecia insolúvel. E que todas essas repúblicas recém-independentes, inclusive os Estados Unidos e o Brasil foram obrigadas a enfrentar de igual forma: nações em parte de dimensões continentais, como os Estados Unidos e o Brasil, mas fracamente povoadas. E esse problema teria que ser solucionado com a possível urgência, no Brasil, principalmente no cone Sul, haja vista o desassossego na Região do Prata, que continuou reinando ainda longo tempo após à Independência e que terminou apenas com a Guerra contra o Paraguai. Um problema, que realmente parecia de difícil solução, pois, se até à Independência de cada uma dessas nações, estas sempre recebiam reforços populacionais das respectivas Metrôpoles, as mes-

mas se encontravam agora e nos momentos de maior necessidade desse afluxo, INCOMPATIBILIZADAS para com as mesmas Metrôpoles.

Mas, havia mais outros países europeus, que não possuíam colônias, nem nas Américas, nem em parte alguma do globo terrestre: por exemplo A ALEMANHA, respectivamente os países, chamados "Laender", como a Prússia, a Saxônia, a Baviera, a Badênia, a Hessênia, o Brunsvigue, o Hannover, a Turingia e mais uma mancheia de cidades livres e hanseáticas, como Hamburgo, Bremen, Luebeck e outras. Era este o mundo alemão, que surgira assim esfacelado da Paz de Westfália (1648) e continuaria assim esfacelado após à Paz de Viena (1815).

Esses países alemães marcaram a sua presença nas Américas apenas de forma esporádica, assim como foi o Mestre João, astrônomo da esquadra descobridora de Pedro Alvares Cabral, o qual, mesmo antes de Pero Vaz de Caminha, escreveu a primeira carta ao Rei Dom Manuel, relatando-se observações importantes, inclusive ilustrando a sua carta com um desenho, representando o Cruzeiro do Sul. E o Tenente General João Henrique de Boehm, general prussiano, criador do Exército Colonial Brasileiro, que reconquistou dos espanhóis o Rio Grande do Sul, em 1776. E centenas de outros mais. Assim como nos Estados Unidos, outro general prussiano, von Steuben, decidiu a guerra de libertação das treze colônias inglesas.

Mas, a participação dos países alemães no povoamento dos Estados Unidos se verificou e em maior escala, apenas após à Independência, isto é, após 1776.

Dom João VI, um dos monarcas mais esclarecidos, que jamais sentaram no trono de Portugal, informado a respeito do volume extraordinário, que estava tomando o fluxo de emigrantes alemães em direção aos Estados Unidos e que em 1820 já ascendiam a milhões e tomando conhecimento, de viva voz, pela sua nora, a princesa Dona Leopoldina d'Austria, casada desde 1817 com seu primogênito Dom Pedro e que depois seria a primeira Imperatriz do Brasil, da potencialidade desse manancial de gente, que parecia inesgotável, assinou a 16 de março de 1820 um Decreto, cujos "considerandos" são os seguintes

"CONSIDERANDO a vontade de imigrar, que os diferentes povos da Alemanha e de outros países manifestam pelo excesso das suas populações e CONSIDERANDO oportuno o estabelecimento de colônias estrangeiras no seu Reino do Brasil, seja para bem deste mesmo reino, seja para o bem das famílias e pessoas, que formarão ditas colônias, SUA FIDELÍSSIMA MAJESTADE REAL se dignou determinar as condições, sob as quais estes colonos deverão ser admitidos e as vantagens, que lhes serão outorgadas."

Contém o Decreto 8 itens, e que representa o espírito, que norteou o Governo Brasileiro por algum tempo e que visava desviar para o Brasil uma parte, senão todo o caudal de emigrantes, que ano após ano se dirigiam para os Estados Unidos. Ei-los:

1. Sua Magestade concederá aos colonos estrangeiros vindos

ao Brasil, para estabelecer-se, uma área de terra, gratuitamente, para a sua colonização. Esta área será de uma légua quadrada, mais ou menos, conforme a quantidade de famílias e pessoas, que compõem a colônia.

2. Se a colônia se cumpuser de várias famílias unidas para esta colonização, a área a ser dada será subdividida em datas de cerca de 400 x 400 braças (160.000 braças quadradas) para cada família. Haverá também, áreas comunitárias suficientes e terras para a formação de uma cidade, quando fôr o caso.

3. Se a colônia a ser formada consistir de operários ou outras pessoas, que um empresário tiver reunido e trazido para o Brasil por sua conta, a área prevista será dividida em duas partes, uma parte para o empresário e outra, subdividida entre as famílias e pessoas trazidas. O Governo Real reconhecerá como válidos os contratos e capitulações, que os empresários celebrerem com as famílias e pessoas trazidas, e fará cumpri-los.

4. As colônias estabelecidas de uma ou outra forma serão livres, durante dez anos, do imposto do décimo e de quaisquer outras contribuições. Caso, porém, os colonos comprarem terras já trabalhadas, terão que pagar os mesmos impostos como os nacionais. Também terão que pagar, como os demais súditos portugueses (sic !), o quinto de todo o ouro encontrado e as taxas alfandegárias usuais sobre as mercadorias negociadas.

5. As famílias de colonos que quiserem regressar à Europa antes de terminados os dez anos, poderão fazê-lo; mas não poderão dispor das terras à sua livre vontade.

6. Os colonos, que no Brasil se estabelecerem nas terras a eles cedidas gratuitamente, deverão ser considerados, a partir deste momento, cidadãos de Sua Majestade, sujeitos às leis e aos costumes do país, ao mesmo tempo, porém, desfrutarão de todos os privilégios e vantagens, como os súditos portugueses (sic !).

7. Cada distrito colonial será administrado por um Diretor nomeado por Sua Majestade até que a população seja suficientemente numerosa para nomear autoridades administrativas e judiciais, conforme as leis portuguesas.

8. Para poder entrar no gozo dos mencionados direitos e privilégios, todos os colonos deverão ser de religião católica-romana e pessoas de bons costumes e princípios. Deverão provar ambas as exigências mediante certificados, que deverão ser reconhecidos pelos Ministros ou outros funcionários de Sua Majestade no Exterior." (Teor do Decreto de 16 de março de 1820 transcrito da obra "História da Imigração Alemã no Brasil", do Dr. Carlos H. Hunsche, Editora Cultura Brasileira, São Paulo, 1978).

Analisando esse Decreto, assim por alto, constatamos, que 1. era intenção de Dom João VI atrair para o Brasil colonos alemães, fazendo-lhes doação gratuita de terras, 2. prometendo-lhes sustentação, mediante designação de um Diretor, 3. isentando-os por longos

dez anos do pagamento de impostos, embora 4. não isentando-os do pagamento do quinto, caso fosse achado ouro, 5. oferecendo-lhes de mão beijada a cidadania brasileira, com todos os direitos e deveres, mas 6. fazendo depender tudo da qualidade de CATÓLICO ROMANO. Ora, após a Reforma, o Catolicismo ficou restrito, na Alemanha, principalmente à Baviera e à Região Rhenana, sendo assim, o fluxo de imigrantes alemães, inicialmente, foi pequeno. A ressalva real afastou do Brasil muitos milhares de emigrantes, que assim se dirigiram para os Estados Unidos, onde a Declaração de Independência ("All men are created equal") não fazia essa ressalva.

Mas, o referido Decreto de Dom João VI deve ser considerado o tiro de partida da Governo Brasileiro, visando imitar o método aplicado com pleno sucesso pela grande República do Norte, para preencher os vazios no interior do País, pois seja lembrada aqui uma estatística demográfica de 1817, considerada oficial, no ano, em que Dom Pedro I se casou com a princesa austríaca Dona Leopoldina, quando a população do Brasil foi avaliada em 4.100.000 almas, dos quais apenas 900.000 brancos (Fonte: Dr. Roberto Avé-Lallemant "Viagem pelo Sul do Brasil", publicação do MEC, pelo Instituto Nacional do Livro, 1953).

Mas, transferindo-se Dom João VI em 1821 de volta a Portugal, pouco tempo depois seria deflagrado o segundo tiro, este mais incisivo, em agosto de 1822, por José Bonifácio, de comum acordo com Dona Leopoldina, naquele momento ainda esposa do Príncipe-Regente, quando foi enviado para os países alemães um embaixador especial, na pessoa do Major Jorge Antonio Barão de Schäffer, até ali secretário particular de Dona Leopoldina. Levava Schäffer, em mãos "instruções secretas", de como agir, para trazer para o Brasil o maior número possível de a.) soldados alemães, para integrar a Guarda Palaciana de Dom Pedro I, quando fosse Imperador, e b.) de colonos alemes, para que fosse iniciado o quanto antes o povoamento do Interior, a iniciar pelo Rio Grande do Sul, província, que demonstrou, ainda muito tempo depois, de ser a mais vulnerável.

Relata o Dr. Carlos H. Hunsche, em sua obra "O Biênio 1824/1825 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, Província de São Pedro", laureada com o 1º Prêmio no Concurso de Monografias sobre a Imigração Alemã, instituído pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul por ocasião do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil, festejado em 1974, que nos poucos anos (cerca de seis), em que esteve residindo em diversos países alemães, principalmente em Hamburgo, o Barão de Schäffer conseguiu enviar para o Brasil perto de 8.000 imigrantes alemães, entre soldados (cerca de 2.500) e famílias de colonos.

Não pretendó me alongar na História da Imigração Alemã no Brasil. Desejo apenas voltar ao leitmotiv, que é provar os motivos da presença alemã no Brasil, uma presença pacífica, cumprindo uma missão de alto gabarito, a de povoar, não somente os Estados Unidos, mas também o Sul do Brasil. Quando até ali, nos primeiros três séculos,

a ocupação do solo brasileiro pelo lusitano fôra de fundo militare exploratório, pelo contrário, a ocupação feita pelo imigrante alemão e depois pelo italiano, pelo japonês e outras origens, tivera motivos inteiramente pacíficos, a saber: 1. o povoamento e 2. a implantação de uma Civilização nova, diferente, central-européia, baseada no TRABAHO LIVRE, imprimindo uma direção completamente nova no povoamento do Brasil. Até ali, quando se iniciou a participação dos alemães no povoamento do Brasil, com seus 80% de população negra, o Brasil era, de longe, uma extensão africana, fato este reconhecido pelos nossos historiadores, mas principalmente por Gilberto Freyre e por Sérgio Buarque de Holanda, principalmente este último, na sua obra, que é considerada um dos classicos, "Raizes do Brasil".

Se até ali o Brasil era povoado pelo lusitano, que transpunha o Oceano, trazendo em uma mão um bacamarte e n'outra um chicote, o alemão transpôs o Oceano, trazendo em uma mão a enxada e n'outra um livro, quase sempre a Bíblia.

Josué de Castro, grande sociólogo pernambucano, já analisou a origem dessa maior migração humana de todos os tempos, que ocorreu no século passado e que o mesmo calculou em 100 milhões de almas: as forças de expulsão, citando as continuas guerras e consequências destas, as pestes, a decadência da moralidade, a crise econômica permanente, em virtude da industrialização dos países alemães e outras mais. E pelo outro lado, as forças de atração, os acenos amorosos dos países novos além mar, promentendo mundos e fundos, para quem viesse e aqui ficasse! Uma complementação, que se compreende melhor, olhando como expliquei mais acima, a História da Humanidade como um todo, uma sequência lógica dos acontecimentos: os descobrimentos, a formação de colônias, a independência destas e a colaboração dos alemães, dos italianos e de outros povos plantadores, quando foram atingidos pelas solicitações dos países novos americanos, Estados Unidos, o Brasil e outros.

Apenas uma das condições impostas por Dom João VI não pode ser atendida: quando foram fundadas Blumenau e Joinville, o Protestantismo e com este, o "livre exame da consciência" marcou aqui a sua presença em bases mais amplas, não creio porém, que este detalhe redundasse em aspecto negativo para a formação da alma brasileira. Basta lembrar a trajetória luminosa da passagem de ERNESTO GEISEL pela Presidência da República.

Para nós, os descendentes dos pioneiros alemães, italianos e outros, que desviamos, com nosso trabalho honesto e bem organizado, por 90° a direção da Civilização Brasileira, este fato não constitui apenas um motivo de júbilo, mas também de glória. E não existe glória mais justa do que foi conquistada com instrumentos de paz: a enxada e o livro.

de Coreografia de Blumenau, com Dança Moderna, Ballet Classico, Jazz e Folclore.

**

— DIA 20 — Foi aberta às 17 horas, no Centro Social Urbano "Hercílio Deeke", no bairro Garcia, a IV Feira de Ciências do Conjunto Educacional Governador Celso Ramos, com mostra que teve quarenta módulos e apresentou trabalhos de seis áreas — Estudos Sociais, Química e Biologia, Física, Ciências de I Grau e área profissionalizante.

**

— DIA 20 — Em comemoração ao transcurso do Dia do Maçom, ocorrido neste dia, a Grande Loja de Santa Catarina programou e a Loja Fraternidade Blumenauense nr. 6 patrocinou amplas festividades que tiveram início neste dia e terminaram com um almoço de confraternização do domingo, dia 23, contando com a presença de cerca de oitocentas pessoas, representadas por quatrocentos casais vindos de quase todas as cidades de Santa Catarina. A organização do programa esteve a cargo da Fundação Lar da Fraternidade, vinculada àquela Loja anfitriã.

**

— DIA 22 — Com uma programação bem elaborada, a Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador — PROMENOR — registrou festivamente o transcurso dos 8 anos de fundação da entidade, neste dia, cujo programa começou a se desenvolver a partir das 8,30 horas da manhã, no Pavilhão "A" da PROEB.

**

— DIA 22 — No Centro Cultural 25 de Julho, realizou-se, das 09,00 às 15,00 horas, o 2º Festival de Corais Infantis, com a participação de mais de 10 corais infantis e infanto-juvenis da região, alcançando total sucesso.

**

— DIA 20 — No saguão da FURB, realizou-se a solenidade de abertura da exposição de gravuras de Vera Chaves Barcelos e a apresentação do Coral Universitário Livre da FURB, sob a direção do Maestro Frank Graf.

**

— DIA 22 — A Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural Salto do Norte, comemorou festivamente o Jubileu de Prata (25 anos de fundação), com o cumprimento de vasto programa, encerrando com grande baile social.

**

— DIA 25 — Neste dia, o expediente da Prefeitura Municipal passou a ser dado, ainda em caráter precário, no prédio da nova prefeitura, cuja mudança dos vários setores de departamentos teve início dia 20.

**

— DIA 25 — Neste dia, foi instalado em Blumenau, o I Encon-

tro Nacional Sobre Cheias, Enchentes e Inundações — Cursos D'Agua e Urbanismo, tendo por local o Centro de Convenções do Teatro Carlos Gomes.

**

— DIA 31 — Neste dia, transcorreu o primeiro centenário de fundação da firma Cia. Karsten, que iniciou suas atividades no setor textil exatamente no dia 31 de agosto de 1882. O evento foi comemorado condignamente, com a realização de uma grande festividade no dia 6 de Setembro, no pavilhão "A" da PROEB, com a presença de todos os empregados da empresa e seus familiares, reunindo cerca de 3.000 pessoas.

O "Kolonie-Zeitung"

Elly Herkenhoff

(Conclusão)

E, ao lado dessa função "integrante" ou "aculturante", a nossa imprensa redigida em idioma alemão foi, também, desde o início e sempre em escala crescente, o mais seguro, o mais eficiente veículo de propaganda do Brasil, nos países de língua alemã da Europa, porque sempre houve bom número de assinantes entre o público leitor do lado de lá do Atlântico — assinantes distribuídos, naturalmente, entre os diversos periódicos, inclusive o nosso "Jornal da Colônia" e seu Anuário Catarinense da Colônia "Santa Catharinaer Kolonie-Kalender", publicado pelo "Kolonie-Zeitung" a partir de 1864. E não há nenhum exagero em afirmar que os jornais, as revistas, os anuários, remetidos pelas respectivas editoras ou por pessoas aqui já radicadas, aos amigos europeus, contribuíram grandemente para a formação de uma imagem mais real, mais humana do Brasil, diferente da imagem — comum na Europa — de um Brasil, capital Buenos Aires, habitado por antropófagos, cobras e macacos...

Muitos são os nomes ligados à longa história do "Kolonie-Zeitung", desde o primeiro agente distribuidor na então Colônia Dona Francisca, Johann Heinrich Auler e o primeiro tipógrafo auxiliar, Conrad Baumer. Muitos são os colaboradores, cujos nomes aparecem com maior ou menor frequência, a começar pelo pastor Oswald Hesse, o incansável correspondente de Blumenau, a quem devemos numerosos relatos sobre os mais diversos acontecimentos na cidade irmã, numa época em que Blumenau ainda não dispunha de jornal próprio e o nosso "Kolonie-Zeitung" era, não apenas o pretendido "Órgão de Anúncios para Dona Francisca e Blumenau", mas também o noticioso sempre ansiosamente esperado e avidamente lido, tanto em Blumenau como em Dona Francisca.

Um dos colaboradores, desde os primeiros tempos, foi o poeta satírico Carl Julius Parucker; mais tarde apareceram os nomes do

poeta Georg Knoll, do professor Rudolf Damm, autor de um método da língua portuguesa para alemães, do pastor Guilherme Rau, diretor da "Escola Alemã", do comerciante Wolfgang Ammon, autor de várias obras, entre as quais "Chronik von São Bento" (Crônica de São Bento) e ainda do poeta Joinvillense Ernesto Niemeyer, nascido a 4 de fevereiro de 1863, filho do diretor da Colônia e um dos mais famosos nomes da literatura em língua alemã no Brasil, assim como do inesquecível comentarista Dr. Clemens Brandenburg e do professor Hermann Leyfer, redator do Jornal durante vários anos, no início do século. E muitos outros ainda, famosos nos grandes centros e nas zonas de colonização alemã do País. São nomes para sempre ligados ao Jornal fundado pelo arrojado patrono da imprensa joinvillense, Ottokar Doerffel, desenvolvido pela energia dos sucessores Carl Wilhelm e Otto Boehm e desde 1923 dirigido, sempre de acordo com os altos propósitos dos antecessores, pelos jornalistas Carl Willy e Max Boehm, falecidos, respectivamente, a 14 de setembro de 1957 e 27 de maio de 1974, e pelo cunhado Hermann Brosig, falecido a 25 de novembro de 1949.

Em 1938 tem início a Campanha de Nacionalização, decretada pelo Governo Getúlio Vargas.

O Decreto-Lei 383, de 13 de abril, contém numerosos dispositivos importantíssimos, entre os quais a proibição de atividades políticas dos estrangeiros residentes no Brasil, do uso de bandeiras, uniformes, distintivos de partido estrangeiros, bem como a edição de jornais por estrangeiros no Brasil.

Em seu já citado livro "O Imigrante Alemão", o historiador Carlos Fouquet assim se expressa sobre aquele decreto-lei, de 13 de abril de 1938:

"Tudo se referia principalmente às organizações do Exterior do Partido Trabalhista Nacional-Socialista Alemão, de Berlin, do Partido Fascista, de Roma, assim como às cédulas do Partido Comunista. Tratava-se de medida sábia, numa época em que no País viviam milhares de estrangeiros, os quais entusiasticamente entre si discutiam, tanto em prol como contra os ensinamentos dos novos partidos".

Já a 4 de maio do mesmo ano, o Decreto-Lei 406 vem complementar o anterior de número 383. Segundo o artigo 87, a publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e ao registro no Ministério da Justiça.

A direção do "Kolonie-Zeitung" se apressa em pedir a necessária permissão, sendo atendida pelo então Ministro do Interior, Francisco Campos, com o despacho: "Sim, a título precário".

Seguem-se novos decretos-leis, em 1938, 39, 40, 41, orientando a Campanha de Nacionalização encetada pelo Governo. O "Kolonie-Zeitung" consegue prorrogação até que, a 31 de julho de 1941, se encontra diante do irreversível. "Die Abschiedsstunde hat geschlagen..." (Soou a hora de despedida...) explica aos seus leitores. Segundo o dispositivo do Governo, no Brasil nenhum jornal em língua estrangeira poderá ser editado, a partir de 1º de agosto. No entanto, mais uma vez consegue uma dilatação do prazo fatal. A 31 de agosto um comuni-

cado dos editores esclarece: “Amanhã, impreterivelmente, se esgota o prazo adicional de 30 dias...”

A 2 de setembro de 1841 surge, lançado pela mesma Editora Boehm & Cia., o “Correio de Dona Francisca”, inteiramente redigido em português.

A 2 de setembro de 1939 estoura a guerra na Europa — uma guerra, da qual o Brasil não pretendia participar, conservando estrita neutralidade. Mas, em 1941 o Governo Getúlio Vargas se vê obrigado a romper relações com as potências do “Eixo”: Alemanha, Itália, Japão. A situação torna-se difícil para todos, mesmo antes da nossa participação no conflito mundial. E mais difícil se torna, com o envolvimento do Brasil, na II Guerra Mundial — em agosto de 1942...

Difícil para os súditos do “Eixo”, muitas vezes com esposa e filhos brasileiros, difícil para os descendentes de italianos, japoneses e —principalmente— alemães ou portadores de nome alemão, filhos, netos, tetranetos de imigrantes alemães, austriacos e suíços.

Difícil para os jornalistas Carlos Willy e Max Boehm, filhos e pai brasileiro e mãe brasileira; difícil, insustentável para a firma Boehm & Cia., incluída na “lista negra” inglesa e deste modo, impossibilitada de conseguir o material necessário à impressão do jornal e à movimentação da Livraria Boehm, anexa à tipografia.

Ainda assim, o “Correio de Dona Francisca”, à custa de imensos sacrifícios, consegue manter-se até 21 de maio de 1942. E naquele último número do “Correio de Dona Francisca”, os editores avisam ao seu público leitor:

“Em virtude das Festas do Espírito Santo, o próximo número do “Correio Dona Francisca” sairá na quinta-feira, dia 28 de maio”.

A prova aí está de que os diretores pretendiam continuar a luta, editando o número do dia 28 de maio.

E por que então a solução de continuidade, o vazio abrupto — por que?

É o final de 80 anos de História de Joinville, vividos pelas gerações que aqui nos precederam, gravados nas incontáveis páginas do nosso primeiro jornal impresso, perputuados para filhos e netos e tetranetos e todos os que aqui, na “Cidade dos Príncipes”, vierem depois de nós, para todos os que amam esta Terra e que, por isso, desejam aprender do seu passado.

Oitenta anos — ali estão, na linguagem seca dos anúncios comerciais, falando de preços baixos e mercadoria de primeira, estão na ternura das comunicações de nascimento do “nosso primogênito” ou do noivado de “nossa filha caçula”, estão na singeleza enternecedora dos versos inseridos nos anúncios de falecimentos, estão nos editais da Superintendência e nos “A Pedido” e nas poesias satíricas dos nossos tão férteis poetas repentistas e nos acalorados debates políticos e nas anedotas e piadas dos suplementos e nas receitas para cozinha e nos relatos de festividades e catástrofes e exames escolares. E estão no silêncio desconcertante e doloroso que se fez, em plena festa do Divino, em pleno mês de maio, daquele tumultuado ano de 1942...

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/74

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89100 B L U M E N A U

Santa Catarina

Instituição de fins exclusivamente culturais

São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;
Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações.

A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"

Arquivo Histórico — Museu da Família Colonial

Horto Florestal "Edite Gaertner"

Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"

Tipografia e Encadernação

Conselho Curador: Presidente — *João Carlos von Hohendorf* - advogado; vice-presidente — *Rolf Ehlke* - Industrial.

Membros: *Elimar Baumgarten*, advogado; *Honorato Tomelim*, jornalista; *Ingo Fischer*, advogado, secretário da Educação e Cultura do município; *Altair Carlos Pimpão*, jornalista; professor *Antônio Boing Neto*; *Arno Letzow*, comerciante; *Beno Frederico Weiers*, advogado; *Heinz Hartmann*, repres. comercial; *Prof. Olívo Pedron*.

Diretor Executivo: *José Gonçalves*

120 milhões de pessoas carregam a Hering nas costas.



Nas costas, na cintura, na lateral. É só examinar um brasileiro por dentro que você descobre uma etiqueta Hering.

Quem é que não gosta de usar uma malha de algodão macia, suave e confortável?

No trabalho, no esporte ou no lazer, qualquer tempo é tempo de camisetas, cuecas, pijamas e camisolas Hering.

Mas não é só no Brasil que a etiqueta dos dois peixinhos virou moda: ela também pode ser encontrada nas costas alemãs, canadenses, finlandesas, americanas, suecas e holandesas.

Afinal, quem fabrica 16 milhões de peças por mês não podia deixar tudo nas costas dos brasileiros.

Cia. Hering

BLUMENAU - SANTA CATARINA

